

Educação, Ensino de História e Reminiscências de Discentes

Quilombolas Acerca da Educação Básica

Educación, Enseñanza de Historia y Reminiscencias de Discentes

Quilombolas acerca de la Educación Básica

Education, History Teaching and Reminiscences of Students

Quilombolas About Basic Education

Paulo Gutemberg de Noronha e Silva¹

Resumo

O presente trabalho propõe analisar a questão da Educação Básica através de discentes de graduação e pós-graduação Quilombolas da Universidade do Rio Grande – FURG, essa proposição ocorrerá pela metodologia de História Oral com coleta de dados que ocorrerá por depoimentos e entrevistas semi-estruturadas, buscando em reminiscências de suas vivências estudantis no Ensino Fundamental e Médio e, também em espaços não formais de ensino, que trataram do ensino de História, especificamente da História do Negro no Brasil. Aproximando-se de completar quinze anos, a Lei nº 10.639/2013 que tornou obrigatório o Ensino de História da África, do Negro no Brasil e de Cultura Afro-Brasileira, é perceptível que a referida lei possibilitou a incorporação destas temáticas em documentos curriculares e livros didáticos, até então silenciada no país. Por outro lado, os esforços da implementação nos últimos anos tem demonstrado que apesar das atualizações normativas, até mesmo incluídas em várias agendas, ainda estamos longe de arrancá-las de certa invisibilidade e marginalidade. Examinaremos as relações entre Ensino de história, memória, consciência histórica, direcionando assim os processos mentais fundamentais, na perspectiva da produção de experiência, interpretação e orientação, em forma de pensamento, identidade e sentido histórico através da narrativa. Temos a proposição de desencarcerar, reedificar e recuperar as lembranças de Inclusão da História da África e do Negro no Brasil, transcorrido nas histórias de vida e durante processo estudantil desses egressos na educação básica.

Palavras-Chave: Ensino de História, História Oral, Lei 10.639/2003, Quilombolas .

Resumen

El presente trabajo propone analizar la cuestión de la Educación Básica a través de discentes de graduación y postgrado Quilombolas de la Universidad del Río Grande - FURG, esa proposición ocurrirá por la metodología de Historia Oral con recolección de datos que ocurrirá por testimonios y entrevistas semiestructuradas, que busca en reminiscencias de sus vivencias estudiantiles en la Enseñanza Fundamental y Medio y, también en espacios no formales de enseñanza, que trataron de la enseñanza de la Historia, específicamente de la Historia del Negro en Brasil. La Ley nº 10.639 / 2013 que hizo obligatorio la Enseñanza de Historia de África, del Negro en Brasil y de Cultura Afro-Brasileña, es perceptible que la referida ley permitió la incorporación de estas temáticas en documentos curriculares y libros didáticos, hasta entonces silenciada en el país. Por otro lado, los esfuerzos de la implementación en los últimos años han demostrado que a pesar de las actualizaciones normativas, incluso incluídas en varias agendas, todavía estamos lejos de arrancarlas de cierta invisibilidad y marginalidad. Examinaremos las relaciones entre Enseñanza de historia, memoria, conciencia histórica, dirigiendo así los procesos mentales fundamentales, en la perspectiva de la producción de experiencia, interpretación y orientación, en forma de pensamiento, identidad y sentido histórico a través de la narrativa. Tenemos la proposición de desencadenar, reedificar y recuperar los recuerdos de Inclusión de la Historia de África y del Negro en Brasil, transcurrido en las historias de vida y durante el proceso estudiantil de estos egresados en la educación básica.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História-PPGH – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, paulo.gutemberg@gmail.com.

Palabras claves: Enseñanza de Historia, Historia Oral, Ley 10.639 / 2003, Quilombolas.

Abstract

The present work proposes to analyze the issue of Basic Education through undergraduate and postgraduate students from the University of Rio Grande do Sul - FURG, this proposal will occur by the methodology of Oral History with data collection that will occur through testimonials and semi-structured interviews, seeking reminiscences of his student experiences in Elementary and Middle School and also in non-formal spaces of teaching, which deal with the teaching of History, specifically the History of the Negro in Brazil. Approximately fifteen years of age, Law No. 10,639 / 2013, which made history teaching in Africa, the Black in Brazil and Afro-Brazilian Culture compulsory, it is noticeable that this law made it possible to incorporate these themes in curricular documents and textbooks, hitherto silenced in the country. On the other hand, implementation efforts in recent years have shown that despite the normative updates, even included in several agendas, we are still far from getting them out of a certain invisibility and marginality. We will examine the relationships between history teaching, memory, historical consciousness, thus directing the fundamental mental processes, from the perspective of the production of experience, interpretation and orientation, in the form of thought, identity and historical sense through narrative. We have the proposition of dismantling, rebuilding and recovering the memories of Inclusion of the History of Africa and the Negro in Brazil, passed in life histories and during the student process of these graduates in basic education.

Keywords: Teaching History, Oral History, Law 10.639 / 2003, Quilombolas.

1. Introdução

O presente trabalho apresenta a proposta de analisar a história de vida e processo estudantil dos alunos Quilombolas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, tanto de graduação, quanto de pós-graduação, buscando nas memórias de suas vivências estudantis do Ensino Fundamental e Médio a marca do ensino de história, ainda que seja em espaços não formais de ensino e, especificamente da História do Negro no Brasil. Tendo em vista a proximidade de completar quinze anos de promulgação da Norma que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alteração esta que torna obrigatório o Ensino de História da África e de Cultura Afro-Brasileira e do Negro no Brasil (Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2013) nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, público e privado de todo o território nacional. A referida lei possibilitou a incorporação dessas histórias em documentos curriculares e livros didáticos, chamando a atenção para uma História até então silenciada no Brasil. Por outro lado, os esforços da implementação nos últimos anos tem demonstrado que apesar das temáticas africanas e afro-brasileiras terem sido normatizadas e até mesmo incluídas em várias agendas, ainda estamos longe de arrancá-las de uma invisibilidade e marginalidade.

Nossa proposição é efetuar esta pesquisa na perspectiva de contribuir para a reflexão do Ensino de História, mais especificamente o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, História do Negro no Brasil, a partir dos relatos do grupo que propomos debruçar, dessa forma com as ênfases da lei supracitada e suas efetivações reais, para tanto conduziremos essa inicial pesquisa em três focos: Ensino de História, Memória e Consciência Histórica.

2. Ensino de História

Partimos do pensamento que o ensino de História seja campo que passa a se constituir como nosso objeto de reflexão, análise e pesquisa. Assim sendo, situações e experiências estudantis e escolares não podem ser ligados a questão reprodutivista, mas buscar conexões com suas vivências e lugares,

O ensino de história é, potencialmente, um lugar onde memórias se intrecruzam, dialogam, entram em conflito; lugar no qual, também, se busca a afirmação e registro de - ou onde se desenvolvem embates entre - determinadas versões e explicações sobre as sociedades, a política, o mundo, prescritas pela instituição em que se localiza; 'lugar de fronteira', que possibilita o diálogo entre memórias e 'história conhecimento escolar', com o aprofundamento, ampliação, crítica e reelaboração para uso no cotidiano. (Ana Maria MONTEIRO, 2013, p. 15).

A partir da obrigatoriedade do ensino de História da África, do negro no Brasil e cultura Afro-brasileira, estas temáticas e conteúdos passam a ser mais presentes nas diversas esferas escolares, além dos livros didáticos de História, no entanto, nossa pesquisa tem como proposição buscar através dos discentes quilombolas egressos da educação básica, quais desafios foram apresentados, se de fato ocorreram esses debates, se conseguiram observar essas interações e se sentiram e perceberam parte integrante da História.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos e da Educação Básica trata-se de decisão política, com forte repercussão pedagógica, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que além de garantir vagas pra negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo decorrente da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe a população negra, ao contrario, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2005, p. 17).

2.1. Aprendizagem histórica

Sobre o ensino de História, analisar de que forma ocorre o ensino aprendizagem histórica nos alunos a partir do uso da fonte em sala de aula, o passado pode ser interpretado por diferentes práticas discursivas, pela descrição de Marília Gago:

A educação histórica assume-se como uma área de investigação em que se pretende obter evidência empírica, de modo a sustentar o desenvolvimento de metodologia do ensino da História numa lógica de aprendizagem significativa dos alunos, em contextos educativo que poderá chamar-se 'aula oficina' (GAGO, 2009, p. 175).

Estudos que tem como perspectiva a compreensão das idéias de professores e alunos em contexto de ensino, tomando como referência o próprio conhecimento histórico. As investigações em cognição histórica tem procurado, entre outras questões, “explorar a compreensão dos alunos quanto aos conceitos históricos quer de natureza substantiva quer de natureza epistemológica” (BARCA, 2001, p. 201).

O ensino de História precisa perpassar a ruptura do passado pelo passado e, entendimento da história como estudo de vestígios do passado, entrelaçando dessa forma presente e passado, assim, necessário se faz conectar a aprendizagem de história aos interesses dos alunos e, que esses interesses sejam intrinsecamente ligados a vida social do alunado, ou de seus antepassados, fato que entretece a falta de pertencimento, distância e desinteresse. Este pertencimento conectando diretamente na proposta que ora é apresentado neste artigo para os descendentes de ex-escravos (filhos, netos e bisnetos), entrelaçando relação entre aprendizagem da história e consciência histórica, “preocupação em relacionar a aprendizagem da História aos interesses das crianças e da vida social”(SCHMIDT, 2011, p. 81).

O livro didático acaba por tornar-se para muitos estudantes o único material de consulta e instrumento pedagógico, dessa maneira, os professores precisam construir o entender e determinadas dimensões da História, mesmo quando distantes dos conteúdos desses mesmos livros didáticos, erigirem pontes para conectar o passado ao presente, utilizando fragmentos que existem no presente e, que podem levar o refletir, não com o passado em geral, mas com essas escolhas, que foram de alguma medida desprestigiadas, como nos apresenta Maria Auxiliadora Schmidt:

Aprendizagem Histórica necessita de uma estrada construída com mão dupla e essa construção requer um compromisso ético com o presente, a partir do qual quem ensina e quem aprende podem identificar um passado de interesse e com significados para os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. (SCHMIDT, 2011, p. 84).

3. Memória

Acerca da memória, essas reflexões utilizando uma viagem ao passado, partindo de um passado que outrora já foi presente e, que pode tornar-se um futuro, uma expectativa, um horizonte compõe a percepção de passado que Koselleck (2006) atribui em sua obra, entrelaçando a perspectiva da aprendizagem histórica das discussões de Rüsen: experiência, interpretação e a orientação:

As três operações podem ser analisadas e distinguidas uma da outra em diferentes níveis ou dimensões da aprendizagem histórica. A ocupação da consciência histórica enquanto aprendizagem histórica pode ser abordada quando raiz à tona um aumento na experiência do passado humano, tanto como um aumento da competência histórica que dá significado a essa experiência, a na capacidade de aplicar esses significados históricos aos quadros de orientação da vida prática. (RÜSEN, 2010, p. 74).

O projeto que este artigo trata, partiu da idéia de recolhimento ou coleta de dados, tendo a história oral como base de recuperação de lembranças, sendo assim, tendo a proposta de desencarcerar e reedificar o transcorrido na vida dos entrevistados, possibilitando “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2004, p. 23). As ações a serem desenvolvidas: Entrevistas semi-estruturadas buscando nas lembranças de suas vivências estudantis do Ensino Básico e, em espaços não formais de ensino, que trataram especificamente das questões de suas ascendências identitárias. Problematizando o Ensino de História, mais especificamente o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, História do Negro no Brasil, a partir dos relatos deste Grupo específico, “ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Dialética da memória e da identidade produzindo uma trajetória de vida, uma história, uma narrativa” (CANDAU, 2012, p. 16).

4. Consciência Histórica

Sobre Condução da consciência histórica como objeto central, significa direcionar o olhar para os processos mentais fundamentais. Experimentar, interpretar e orientar em forma de pensamento histórico através da narrativa. É mediante a narrativa que o sentido histórico pode ser explicitado, aprimorando através da constituição de sentido sobre a experiência de determinados períodos. Pela perspectiva apresentada por Rüsen:

O pensamento Histórico é disparado pelas carências de orientação. Em seguida, ele transforma essas carências, no processo de sua satisfação mental, em perspectiva acerca da experiência do passado – em perspectiva de interpretação. Nessa perspectiva são inseridos, então, metodicamente, conteúdos experienciais concretas. O acerca do que aconteceu no passado, assim obtido, torna-se representação do passado em forma historiográfica. Assim formatado, o saber histórico adquirido torna-se ativo nos processos atuais da orientação histórica (RÜSEN, 2015, p. 74).

A partir das ações e contatos visuais e físicos, pela concepção de História viva e formação histórica, nossa proposição objetiva despertar a curiosidade, fomentar o aprendizado, favorecendo assim, a capacidade de constituição de uma narrativa de sentido, atribuída por Rüsen (2007, p.104) em aprendizado histórico e a formação histórica.

Nesta perspectiva, as atividades expositivas somadas à programação externa a escola, proporcionarão a percepção e distinção de temporalidade entre passado e presente, sendo possível visualizar o que do passado continua presente, fundamentando a experiência temporal, fornecendo potencial de futuro do próprio presente (Rüsen, 2007, p. 111-112).

O Ensino de História, o aprendizado histórico e a formação histórica não se efetua apenas nas aulas expositivas de História em sala de aula, mas o aprendizado histórico deve e ocorre em outros espaços de ensino-aprendizagem para além dos muros escolares. A concepção de presença em espaços como museus, monumentos, partes preservadas da cidade, além de ligação entre os objetos, resquícios antigos, pontos de coleta de material nas matas preservadas, topônimo referentes a famílias tradicionais e ao próprio(s) quilombo(s), entre outros objetos produzindo um sentido onde passado, presente e futuro se dialogam. Ou seja, desperta um movimento de tempo e até mesmo de estar presente no mundo. Para Jörn Rüsen (2007, p. 95) a formação histórica é compreendida em dois sentidos, o saber histórico, aquele que parte da experiência com a interpretação e conseqüente orientação para a vida prática, e o outro como processo de socializar marcando a competência para estruturação da identidade histórica.

Rüsen incorpora em seus estudos que a carência de orientação do sujeito é capaz de enlear, ou seja, amarrar saberes e ações. O autor atribui no processo de aprendizado três operações: experiência, interpretação e orientação:

A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática (Rüsen 2007, p. 110).

É perceptível a pouca valia de vasto saber histórico apenas memorizados de forma temporária, fazendo parte de um conteúdo que posteriormente será aplicado apenas em avaliações, que pouco ou nada orientam para a vida prática. Com base nessas observações, podemos afirmar que existem três orientações fundamentadas na teoria da história de Jörn Rüsen e que se repetem em suas preocupações: a experiência do passado, a interpretação deste passado e o sentido produzido a partir desta interpretação. Esta divisão instrumental se evidencia na regulação metódica do trabalho do historiador, na formação do indivíduo dentro e fora da sala de aula, e na narrativa expressa por qualquer pessoa ao mobilizar a consciência histórica, o que denunciará formas diferentes de mobilizar o passado e produzir sentido.

A efetividade de orientação temporal é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, a partir da interpretação de seu mundo e que elas façam parte integrante deste, como competência narrativa,

Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente, é o resultado de um processo de aprendizado. Formação baseia-se no aprendizado e é, simultaneamente, um modo do próprio aprendizado. A formação histórica não pode ser pensada, por conseguinte, como um componente fixo das orientações temporais, que se pode adquirir e, em seguida, ‘possuir’ como um objeto. A formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido [...], as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência histórica, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja, produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida (RÜSEN, 2007, p.104).

Conduzir a consciência histórica como objeto central, significa direcionar o olhar para os processos mentais fundamentais. Experimentar, interpretar e orientar, unificadas em forma de pensamento histórico através da narrativa. É mediante a narrativa que o sentido histórico pode ser explicitado, dessa medida aprimorando a constituição de sentido sobre a experiência dos períodos. Pela perspectiva apresentada por Rösen:

O pensamento Histórico é disparado pelas carências de orientação. Em seguida, ele transforma essas carências, no processo de sua satisfação mental, em perspectiva acerca da experiência do passado – em perspectiva de interpretação. Nessa perspectiva são inseridos, então, metodicamente, conteúdos experienciais concretos. O acerca do que aconteceu no passado, assim obtido, torna-se representação do passado em forma historiográfica. Assim formatado, o saber histórico adquirido torna-se ativo nos processos atuais da orientação histórica (RÜSEN, 2015, p. 74).

Ao debater sobre o aprendizado histórico e apropriação dele pelo presente no sentido de tornar uma memória viva, dando percepção de elementos identitários, locais e até nacionais que façam parte integrante do indivíduo. A perspectiva de proporcionar a experiência de visita a espaços preservados e outros modificados, tem a ideia de fomentar cada olhar, tanto para os artefatos, quanto para os ambientes distintos da escola e de sua própria residência, oferecendo graus distintos de penetração, muito além apenas de experiência puramente física, proporcionando uma aula prática de observar História na dimensão e experiência de outras temporalidades.

Assim sendo, o aprendizado pode ser considerado histórico quando, como atividade da consciência histórica, produz uma ampliação da experiência do passado humano, um aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática.

5. Considerações finais

Por conta das ações ainda não possuírem resultados e, encontrarem-se em fase de embasamento teórico e busca efetiva dos entrevistados, portanto se tratar de uma pesquisa incipiente, e o texto apresentado ser parte integrante do projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Rio Grande – FURG e, em breve os resultados concretos surgirão. Oportunizando assim, uma integral análise dos dados, que muito favorecerá a sustentação desta investigação e, a oportunidade e possibilidade futura de criação de meios fundamentados de transportar a lei, para um estado maior do que apenas palavra, mas de ações efetivas no cotidiano, demonstrando assim que, a escravidão e todo período pós-emancipatório apresentou vivências e experiências diversas, tornando-os agente de sua história, memórias e resistência viva e de grande relevância.

Como já tratado anteriormente, acreditamos que ao colocar a lei 10.639 em funcionalidade de forma real e efetiva, após seus quinze anos de execução, de fato contribuirá de forma indelével para a quebra de um paradigma, e alcance da valorização de um Brasil como ele verdadeiramente é: um país multirracial e multicultural, onde cada um é considerado e respeitado na sua singularidade. Dessa maneira promovendo a valorização identitária por meio de conhecimento histórico, ofícios, artes e fazeres cotidianos.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 235 p.

BARCA, Isabel; GAGO, Marília. **Aprender a pensar em história: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade**. Revista Portuguesa de Educação, Portugal, v.14, n.1, p. 239-261 2001.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

_____. Lei n. 11645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

_____. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2005.

CAINELLI, Marlene & OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. **A relação entre aprendizado histórico e formação histórica no processo de ensinar história para crianças.** In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene (org). Educação Histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Ed. UniJuí, 2011, pp. 123 – 140.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012, 224 p.

CASTRO, Hebe. *História Social.* in: CARDOSO, Ciro F. S & VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** Artes de Fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, 358 p.

COSTA, Otávio. **Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares.** In. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, UERJ, Edição Comemorativa, p. 149 - 156, 1993 – 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. **Quilombo: patrimônio cultural histórico e cultural.** *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 129, p. 158-167, 2012.

DELGADO, Lucília. **História Oral – memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 136 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Edição da FGV. 1998, 172 p.

_____. Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2000, 204 p.

GOULART, Treyce Ellen Silva. **O historiador a serviço das demandas comunitárias: O Projeto Quilombolas Somos Nós e as comunidades quilombolas de Rio Grande e distritos.** XI Encontro Estadual de História da Anpuh-RS. Rio Grande-RS, FURG, p. 1153 – 1160, 23 a 27 de julho de 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990, 190 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. ROSA, Zita de Paula. "História oral: uma utopia?" **In: Revista Brasileira de História: Memória, História, Historiografia Dossiê Ensino de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, VOL.13, nº 25/26, set 93/ago. 94. p. 7-16.

_____. **A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates.** *História Oral*, v. 13, n. 1, p. 9 - 22, jan. - jun. 2010.

KEITH, Jenkins. **A História Repensada.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 23 – 52.

KOSELLECK, Reinhard. **Futuro do Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUCRIO, 2006, 366 p.

LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, 284 p.

MAESTRI, Mário. “Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul”. In REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 291-331, 1996.

MEIHY, José Carlos e HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010, 176 p.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História: entre história e memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em:
www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf

PEREIRA, Nilton Mullet & SEFFNER, Fernando. *O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula*. Anos 90, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 146 p.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **A administração pública imperial e as origens da invisibilidade negra no Rio Grande do Sul escravista**. 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, UFPR, de 13 a 16 de maio de 2015.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 51 – 78.

_____. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007, 159 p.

_____. **Teoria da História: Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015, 324 p.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O significado do passado na aprendizagem e na formação da consciência histórica de jovens alunos**. In SCHMID, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene (org). Educação História: teoria e pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.